

A UNIVERSIDADE É TERRITÓRIO INDÍGENA: TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES INDÍGENAS NA DEMARCAÇÃO, TERRITORIALIDADE E PRODUÇÃO DE EPISTEMOLOGIAS PLURAIS NO ENSINO SUPERIOR

The University is Indigenous Territory: trajectories and experiences of indigenous professors in demarcation, territoriality, and the production of plural epistemologies in Higher Education

Andrisson Ferreira da Silva*

Ana Cristina Martinez**

Adriana Aparecida Belino Padilha de Biazzi***

João Rivelino Rezende Barreto****

* Doutorando e mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e graduando em Direito (UFSC); Licenciado em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Pesquisador do Laboratório de História Indígena (LABHIN/UFSC). E-mail: andrissonf@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0448-4412>.

** Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Mestra em Ensino de História pelo ProfHistória (UFSC); Licenciada em História pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); Bacharela em Letras pela UFSC. Pesquisadora do Laboratório de História Indígena (LABHIN/UFSC). E-mail: anamaraul@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-0154-3079>.

*** Indígena do povo Kaingang e professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Departamento de História; coordenadora do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Coordenadora conjunta do Laboratório de História Indígena (LABHIN/UFSC). Graduada em Licenciatura Indígena pela UFSC, também é graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela FAEL, graduada em História. Mestre em Antropologia Social pela UFSC, doutora em História também pela UFSC. E-mail: adrianakaingang51@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-4600-1677>.

**** Indígena do povo Tukano, sib Yúpuri Sararó. Licenciado em Filosofia, com mestrado em doutorado em Antropologia Social. Docente pelo Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e participa de pesquisa em ecologia indígena pelo Instituto Serrapilheira. E-mail: rivelino.barreto@ufsc.br; yupuribubera@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-1320-1169>.



Recebido em: 30/08/2025

Aprovado em: 06/12/2025

| 373

Resumo: O presente artigo é uma conversa e uma co-construção com a Profa. Dra. Adriana Kaingang e o Prof. Dr. Rivelino Barreto, primeiros professores indígenas efetivos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Por objetivo, propomos analisar as suas chegadas na instituição, enquanto professores, como processo de conquista histórica e demarcação do Ensino Superior pelos povos indígenas no Brasil, refletindo, assim, sobre a universidade enquanto território indígena. A universidade se torna resultado de novas e múltiplas experiências de territorialidades, demarcação de seu espaço e agenciamento na co-construção, compartilhamento e produção de já consolidadas ou novas epistemologias. Portanto, compreender a trajetória desses docentes, a partir de quais epistemologias estão senti-pensando e como experienciam o espaço acadêmico.

Palavras-chave: História Indígena; Universidade Federal de Santa Catarina; Ações Afirmativas.

Abstract: This article is a conversation and a joint effort with Prof. Adriana Kaingang and Prof. Rivelino Barreto, the first permanent indigenous professors at the Federal University of Santa Catarina (UFSC). Our objective is to analyze their arrival at the institution as professors as a process of historical conquest and demarcation of higher education by indigenous peoples in Brazil, thus reflecting on the university as indigenous territory. The university becomes the result of new and multiple experiences of territorialities, demarcation of its space, and agency in the co-construction, sharing, and production of already consolidated or new epistemologies. Therefore, it is important to understand the trajectory of these professors, based on the epistemologies from which they are thinking and feeling, and how they experience the academic space.

Keywords: Indigenous History; Federal University of Santa Catarina; Affirmative Action.

Introdução

| 374

A recente presença de professores indígenas nas universidades brasileiras como servidores públicos efetivos tem impactado na produção de epistemologias que partem dos locais de experiência ancestral, ao concatenarem seus conhecimentos desde seus territórios, aldeias, velhos, línguas, artesanatos, filosofias e demais sabedorias – por que não Ciências? Ciências que estão na constituição de seus corpos e co-constituem os seus percursos formativos dentro da universidade, desde a graduação e especialização desses profissionais e educadores indígenas.

A universidade compactua com um projeto de universalização do conhecimento que é branco e eurocentrado. Porém, a presença indígena tensiona uma dita convivência “normal” com a eurocentrização do ser e viver, produzir ou compartilhar o conhecimento. Por outras chaves de pensamento, a universidade é confrontada, nos seus institutos de entrada (com a produção de vestibulares específicos), permanência (com a promoção digna de políticas educacionais de apoio pedagógico), auxílios e atenções às condições específicas da presença indígena. Todavia, alunos e alunas indígenas, atualmente 187¹, que entram na universidade e conseguem se manter nela, se deparam com poucos ou nenhuns profissionais indígenas em cargos de docência, impactando diretamente na representatividade indígena nas instituições ou até mesmo em tomadas de decisões.

Em 2024, a Universidade Federal de Santa Catarina apresentou o “Relatório de Monitoramento e Avaliação da Política de Enfrentamento ao Racismo na UFSC” com percentuais que avaliam a presença e ausência de negros e indígenas nos espaços institucionais da universidade, englobando professores,

¹¹ UFSC. **UFSC lança consulta pública da política de ingresso e permanência de estudantes indígenas e quilombolas.** Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2025/07/ufsc-lanca-consulta-publica-da-politica-de-ingresso-e-permanencia-de-estudantes-indigenas-e-quilombolas/#more-281494>. Acesso em: 23 de agosto de 2025.

técnicos administrativos e estudantes. O relatório previu que apenas 16,4% dos técnicos administrativos são autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, e que entre os professores esse percentual é de 9,1%. Havendo, assim, uma lacuna entre a Lei 12.990/2014, que prevê que 20% das vagas de concursos sejam para negros.²

Ainda, em cursos específicos como a Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (LII), que demanda a necessidade de professores indígenas, conta-se com professores não indígenas de outros departamentos da universidade para lidarem com o conteúdo curricular, uma vez que não houve, até 2023, nenhum professor efetivo contratado para atuar nela e alguns professores indígenas atuaram e atuam em contratos como substitutos. Vale lembrar que já atuaram como professores(as) substituto(as) na LII, Joana Evangelista Mongelo, Guarani, Walderes Coctá Priprá, Laklãnõ Xokleng, e Josué Carvalho, Kaingang, tendo saído recentemente. Porém, a primeira professora indígena efetiva passou a ser a professora Adriana Aparecida Belino Padilha de Biazzi, mais conhecida como Adriana Kaingang, contratada via edital que previu a necessidade do ensino na Língua Kaingang – seu concurso foi em Ampla Concorrência pelo Departamento de História.

Outro professor indígena chega à UFSC no ano de 2024, dessa vez o professor João Rivelino Rezende Barreto, mais conhecido como Rivelino Barreto, do povo Tukano. O concurso do professor Rivelino foi o primeiro da UFSC exclusivo para indígenas, advindo da Portaria Nº 477/2023/GR³, de 29 de maio de 2023, e apoiada pela Resolução Normativa 175/2022 do Conselho Universitário (CUN) para promoção da inclusão de candidatos negros e

² UFSC. **Relatório de Monitoramento e Avaliação da Política de Enfrentamento ao Racismo**. Diagnóstico I - Perfil da comunidade, indicadores de racismo institucional e cenários de combate. Equipe redatora Leslie Sedrez Chaves; Lia Vainer Schucman; Lindberg Nascimento Júnior e Marco Antonio de Azevedo Duarte Souza. Disponível em: <https://proafe.ufsc.br/diagnostico-sobre-o-racismo-institucional/>. Acesso em 01 de jun. de 2025.

³ UFSC. **PORTARIA NORMATIVA Nº 477/2023/GR, de 29 de maio de 2023**. Gabinete da Reitoria. 2023. <https://indigena.paginas.ufsc.br/files/2023/09/Portaria-Normativa-n%C2%BA-477.2023.GR-Concurso-Ind%C3%ADgena-UFSC.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2025.

indígenas.⁴ Atualmente, em 2025, a UFSC demanda a contratação de mais dois professores indígenas, com vaga exclusiva, através do Edital nº 020/2025/Departamento de Desenvolvimento de Pessoas para atuação no Departamento de História.⁵

O processo de conquista de vagas para professores indígenas, com edital específico, se desenvolveu também através da luta antirracista e de alianças afetivas de professores não indígenas dentro da universidade, que trabalham em redes colaborativas junto aos povos indígenas. O primeiro edital para contratação da professora Adriana Kaingang foi construído sem precedentes jurídicos para ser específico. A professora Juliana Salles Machado, então coordenadora da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, entre os anos de 2020 e 2023, foi a principal atuante na construção de um edital que previsse a especificidade da língua indígena, haja vista haver barreiras jurídicas que impedissem um edital especificamente para indígenas. A conquista dessa vaga se deu ainda na gestão da reitoria de Ubaldo Cesar Balthazar.

Em 2022, com a posse de uma nova reitoria dentro da UFSC, os professores Irineu Manoel e Joana Célia dos Passos consolidaram a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, resultado das reivindicações dentro da instituição, que também discutia a ampliação das ações afirmativas na universidade. Com o intuito de embasar a demanda por concursos docentes específicos para indígenas, um grupo de professores dos Departamentos de Antropologia e História produziu um documento que visava mapear os procedimentos realizados pelas IES para as contratações de professores indígenas no país, tendo em vista a dificuldade para a abertura de concursos públicos específicos.

⁴ UFSC. **UFSC empossa primeiro professor aprovado em concurso exclusivo para indígenas.** Notícias da UFSC. (Ariclenes Patté). 2024. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2024/08/ufsc-empossa-primeiro-professor-aprovado-em-concurso-exclusivo-para-indigenas/>. Acesso em: 15 de agosto de 2025.

⁵UFSC. **UFSC abre concurso público para contratação de docentes indígenas no Departamento de História.** 2025. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2025/05/ufsc-abre-concurso-publico-para-contratacao-de-docentes-indigenas-no-departamento-de-historia/>. Acesso em: 15 de agosto de 2025.



O resultado desse mapeamento, aliado à recém publicada Resolução Normativa nº 175/2022/CUN, de 29 de novembro de 2022, que “Dispõe sobre a Política de Enfrentamento ao Racismo Institucional em suas diferentes formas de manifestação no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina”⁶, levou à criação pela reitoria de um grupo composto por professores e membros das pró-reitorias, que visava a criação de caminhos institucionais para a efetivação de concursos específicos na UFSC, o que culminou na publicação da Portaria Normativa nº 477/2023/GR, de 29 de maio de 2023, que “Dispõe sobre o provimento de vagas docentes indígenas na Universidade Federal de Santa Catarina”, abrindo caminho para o primeiro concurso específico (Edital nº 062/2023/DDP)⁷, que visou o provimento de 01 (uma) vaga para docente indígena. Dois anos depois, o Departamento de História (HST), do campus de Florianópolis da UFSC, abriu as 02 (duas) vagas para docente indígena, junto ao curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica.

Essas conquistas históricas reforçam e atestam as lutas dos povos indígenas no país, sobretudo pautando a importância de suas presenças nos espaços da educação públicas e no Ensino Superior. No entanto, escancaram as lacunas de desigualdades, uma vez que, em se tratando de perfil étnico-racial dos profissionais nas universidades, pessoas negras e indígenas são ausentes desses espaços, parte de um racismo que é estrutural e institucional.

A UFSC, em seus mais de 60 anos, pela primeira vez na história, tem em seu quadro de professores efetivos professores indígenas. Essa chegada representa múltiplos fatores dentro de um contexto conservador, branco e eurocentrado. A chegada de professores em quadros efetivos dentro da instituição

⁶ UFSC. **RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 175/2022/CUn, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022, Dispõe sobre a Política de Enfrentamento ao Racismo Institucional em suas diferentes formas de manifestação no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina.** 2022. Disponível em:

https://secarte.paginas.ufsc.br/files/2023/03/RN_1752022CUn_Pol%C3%ADtica-de-enfrentamento-ao-racismo.pdf. Acesso em: 15 de agosto de 2025.

⁷ UFSC. **EDITAL Nº 062/2023/DDP.** 2023. Disponível em: https://www.abant.org.br/files/20231106_6548d836aca2d.pdf . Acesso em: 15 de agosto de 2025.

representa uma conquista histórica e política, mas também o lapso temporal de suas recentes presenças, resultante de extenuante formação e de luta de indígenas que adentraram aos espaços educativos não indígenas para reivindicarem seus direitos. Por esse aspecto, a formação de professores indígenas deve ser pautada como parte de suas reivindicações e movimentos, e não como resultado de políticas paternalistas, onde os povos indígenas não têm voz e nem agência, tampouco de descredibilização das políticas de ações afirmativas.

Portanto, há aqui uma construção coletiva que pensa a presença indígena na universidade como potência para compartilhamento e consolidação de novas epistemologias, através de seus contextos específicos e de suas trajetórias desde seus territórios até a instituição. A fim de começarmos nos inquietando propomos a seguinte pergunta: a universidade é território indígena? Para refletirmos sobre essa questão, conversamos com a Dra. Adriana Kaingang e com o professor Dr. Rivelino Barreto, para, assim, traçarmos um panorama e compreender, através das falas dos professores, a presença indígena como potência para transformação da universidade através de suas epistemologias, percebendo que nesses percursos emergem processos de demarcação e de territorialidades indígenas no Ensino Superior.

Intelectualidades Indígenas através de suas epistemologias

Os intelectuais indígenas devem ser compreendidos a partir dos sistemas formativos juntos ao seu povo, pois são potentes em criar conceitos e formular teorias pelas tessituras de suas realidades formuladas e experienciadas no concreto, na vivência e no saber-fazer epistemológico originário. Suas bibliotecas são seus anciãos, seus velhos, seus laboratórios são seus territórios, e sua educação é específica e diferenciada, pois perpassa sentidos práticos onde a escola extrapola as paredes coloniais-modernas da instituição escolar não indígena. Indígenas são protagonistas em espaços onde seu corpo carrega outros sentires com o espaço e o tempo, com metodologias e éticas específicas, e a

negação de tudo isso, conforme Linda Smith (2018), perpassa o processo de colonização do conhecimento, uma vez que indígenas foram postos enquanto objetos e não agentes de pesquisa.

| 379

É recente a territorialização indígena no espaço universitário, agora confrontando saberes hegemônicos e distorcidos de suas realidades, construídos ao longo de anos com coleta de informações em territórios indígenas – onde as perguntas formuladas não partiram de suas reivindicações, ou o conhecimento produzido retirado de seus territórios, em sua grande maioria, nunca retornou ou foi disponibilizado. A universidade chancelou uma tentativa epistemicida⁸ dos conhecimentos indígenas, no relegar de suas presenças nesses espaços ou permiti-la enquanto alegoria e exotismo. A entrada de estudantes indígenas na universidade, portanto, parte de uma percepção de que as tomadas de decisões e as “autenticações” do conhecimento passam por esta instituição e por seus doutores, ou seja, conforme demonstrou Juliana Jodas (2019), que dentro dos movimentos indígenas há a percepção de a luta ser também pela caneta. Assim, a chegada de professores indígenas descende dessas reivindicações, como parte de uma estratégia política de diferentes frentes, porém, resguardados as especificidades dos contextos culturais e geográficos de cada povo, pois cada decisão tem as suas particularidades.

Ailton Krenak elenca que

nossa universidade paralisada em si mesma demorou muito para entender, não como uma concessão, mas como uma obrigação histórica, que deve, sim, inserir todos nós, todo mundo, toda essa gente que se constitui nesse Brasil, nos seus espaços de circulação (Krenak, 2018, p. 12).

Apesar dessa demora, em um sistema capitalista onde a universidade outorga o conhecimento, a presença indígena tem, cada vez mais, transformado

⁸ O historiador Edson Kayapó identifica o epistemicídio como extermínio dos conhecimentos indígenas e propõe a pluriepistemologia que reforça a importância de diversas formas de conhecimento coexistirem em diálogo, ao invés de haver apenas uma verdade hegemônica (Brasil, 2023).



sua estrutura em um espaço de pensamento crítico marcado pela interculturalidade. Mais do que importante, é urgente lidar com as alteridades outras que produzem conhecimentos a partir de suas subjetividades.

| 380

Como dito, a produção do conhecimento indígena é experiencial. Os povos indígenas têm pensado o conhecimento a partir de uma lógica onde o concreto, isto é, as experiências cotidianas, articulam uma rede de saberes sofisticadas e altamente científica, mas que não passam pelos crivos de produção de conhecimento ocidental, pois os extrapola e é constituída através de outras bases de pensamento (Lévi-Strauss, 1989). Assim, o viver com e na floresta, na aldeia, ou até mesmo na cidade, e o compartilhamento de aprendizagens onde os humanos e não humanos co-constituem noções de tempo e espaço promovem um rompimento com a lógica que separa “cultura” e “natureza”, isto é, parte da filosofia daqueles indivíduos racionais que não se entendem enquanto parte, mas enquanto à parte.

Davi Kopenawa e Albert (2015) bem demonstraram como o conhecimento indígena perpassa outras bases de construção com um repertório em que os sonhos e os espíritos são expoentes de um fazer científico com uma agência que transcende o humano. Já João Barreto (2021) demonstra a potência do corpo na produção de epistemologias indígenas, um corpo que não encerra a ontologia em si, mas expande. Outros povos indígenas, de distintos lugares, tecem conhecimentos que extrapolam a racionalidade cartesiana. Para Silvia Cusicanqui (2024) precisamos retomar o paradigma epistemológico indígena, onde seres animados e inanimados são sujeitos tanto quanto os humanos, pois há uma diferença entre o indígena e o não indígena, a epistemologia dos mundos alternativos aos lugares imperiais do capitalismo e antropocentrismo. Por isso, a necessidade de pensar uma episteme dos sujeitos que normalmente são nomeados “objetos”. A “reconstituição de uma episteme índia ancestral, para fazer da memória uma ferramenta metafórica capaz de romper com as ideias de progresso e desenvolvimento que alimentam os governos progressistas”

(Cusicanqui, 2024, p.122), permitirá, dessa maneira, rompermos com leituras lineares e positivistas da história.

| 381

Há outros mundos que não o mundo da ciência eurocentrada. Há outras formas de sentir-pensar o conhecimento. A produção epistemológica indígena chega na universidade confrontando pensamentos cartesianos e monoculturais de saberes. Confrontam uma perspectiva única de História, de Língua, de Cultura, de Ensino e demais conhecimentos e formas de fazer, sentir ou compartilhar. De fato, a formação de um cientista, pesquisador indígena, agora em contexto universitário, carrega as potências de seus saberes através de seus corpos-territórios, no universo particular de cada contexto cultural, uma vez que seu corpo é extensão de seus territórios e suas epistemologias, e o conhecimento da estrutura institucional indígena denotam frestas para uma discussão onde a interculturalidade se torna expoente.

Todavia, o engajamento de professores e professoras indígenas na promoção de seus conhecimentos originários junto ao institucionalismo dos não indígenas perpassa, não isoladamente, réguas assimétricas, onde o racismo e formas de discriminação são eloquências de um discurso colonial que persiste contrários aos seus sentidos de experiências outras dentro da universidade.

Dessa maneira, seria possível pensar a universidade enquanto um território indígena? Um dos fatores incontestáveis é que a universidade é construída em cima de territórios indígenas. Mas as universidades construídas em cima desses territórios se constituíram enquanto mais um dos instrumentos de apagamento das identidades indígenas e do epistemicídio. O indígena que se desejava que ficasse isolado no passado, agora, no presente, adentra espaços majoritariamente brancos com seus maracás, seus artesanatos, reivindicando sua identidade como corpos e histórias também do presente. Assim, tal presença implica pensar a universidade enquanto território e suas presenças e ações dentro desses espaços como formas de experiência de territorialidades indígenas. Além de um espaço físico, onde corredores, cadeiras, departamentos e centros podem ser pensados como territórios, espaços virtuais também são locais da



territorialidade indígena, isto é, o currículo, o discurso, o conhecimento, as epistemologias. A paisagem universitária passa a ser mais plural.

Como destaca Gersem Baniwa:

Nós indígenas vencemos a primeira importante batalha da Educação Superior, que foi romper os muros impenetráveis da universidade e agora, uma vez dentro dela, precisamos iniciar a segunda grande batalha que é nos apropriar dela, transformá-la e adequá-la para atender nossas realidades, demandas, direitos e perspectivas pedagógicas, políticas e epistêmicas (Baniwa, 2022, p.10).

É nesse contexto em que as epistemologias indígenas territorializam e demarcam a academia, que Rivelino Barreto pensou metodologias a partir da história e cosmologia de seu povo, conceituando e descrevendo os caminhos possíveis para uma “etnografia em casa”. Suas inquietações surgem desde o ano de 2004, quando começou a cursar Licenciatura em Filosofia. Mas, foi no doutorado que isso ganhou forma. Etnografia em casa possibilita a partir da sua cultura pensar a pesquisa, a partir de si mesmo – como arte do diálogo entre as culturas. Dessa forma, a busca do conhecimento está em nós, existe em nós e a partir de nós.⁹

A ciência nos pede que façamos leituras de inúmeros autores para elaborar uma tese e para dizer que, do ponto de vista científico, nós chegamos a um resultado. Mas, para o método etnografia em casa, apenas um intelectual apresenta a dimensão de sua intelectualidade. É a partir do particular para o coletivo. Muitos pesquisadores indígenas vão conversar com seus pais, seus avós sobre história, xamanismo e curas. O conceito raiz está em questão: úkÿsse. Ele se desenvolve como teia e o conhecimento flui e, ao falar de parentesco, é possível falar de xamanismo, territorialidade e dentre outros temas. É um conhecimento

⁹ Referências a partir do professor Rivelino Barreto Rezende na disciplina “Mitos, ritos e cosmologias” ministrada por ele no Departamento de Antropologia entre março e julho de 2025, na UFSC.

excepcional, resultado de anos de estudo que partem de uma experiência individual frente ao engessamento acadêmico colonial. “Para falar da formação do homem Tukano é necessário ler Platão, Sócrates, Kant?”¹⁰. Essas noções reduzem as experiências originárias. Assim, a Arte do Diálogo é sobre o campo do diálogo e o ouvir diretamente.

Adriana Kaingang (Biazi, 2023) demonstra como é possível o envolvimento de pesquisas dos, e com, os povos indígenas de seu Território, a Terra Indígena Xapecó, no Oeste de Santa Catarina, pensando suas epistemologias e metodologias, a partir de uma rede colaborativa de parentes que escolheram narrar suas histórias através de suas próprias reivindicações e também de suas éticas de pesquisa. Demarca a produção acadêmica como uma intelectual indígena, ao perfazer um caminho de investigação onde os mitos ou narrativas Kaingang entremeiam os sentidos do corpo-território, e, nesse processo de territorialidades rituais, animais, plantas, corpo, sons perfazem o sentir-pensar a ancestralidade e a espiritualidade Kaingang, demonstrando que a territorialidade indígena e as suas experiências no espaço e no tempo estão em constante transformação. Dessa forma, o pensar intelectual indígena e a produção de suas epistemologias está intimamente ligado com seus territórios, seu povo e a universidade como espaço de confluência de saberes.

Por esse prisma, ao engajarmos a ideia da presença indígena na universidade como uma experiência de territorialidade e demarcação, o trabalho de Paul Little (2004) se faz oportuno, pois destaca a territorialidade como um esforço coletivo para ocupação, uso, controle e identificação com a especificidade do ambiente em que se insere e ao fazer dele seu território. Esse território é resultado de processos sociais e políticos, e a diversidade de territórios leva a diferentes maneiras de habitá-lo. Nessa esteira, Escobar (2015) propõe, a partir de Orlando Borda, a emergência do senti-pensar com a Terra e com o território, e as lutas dos povos originários em relação a ele são ocupações políticas

¹⁰ Id.

ontológicas, pois, nesse ocupar, os diversos saberes e epistemes presentes referem-se e situam-se através de mundos e ontologias múltiplas, pelas quais a defesa contemporânea de territórios e diversidade são “lutas ontológicas” para mundos em que há a coexistência de vários mundos, um pluriverso.

O território da universidade, portanto, está em disputa, em demarcação e é senti- penado com a mente e o coração. Pensar território através de uma ontologia política e de epistemologias diversas é um caminho para compreender o impacto e importância da presença indígena na universidade. Pensar para além da razão é pensar a partir de premissas epistemológicas próprias, tecidas na ancestralidade e no saber-fazer com a Terra, com a pluriversidade.

Uma intelectual Kaingang por uma universidade pelas novas cores do urucum e jenipapo

A trajetória de Adriana Aparecida Belino Padilha de Biazzi, do povo Kaingang, da Terra Indígena Xapecó, inicia na graduação em 2011, quando ingressou no curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da Universidade Federal de Santa Catarina, através do vestibular específico e diferenciado. A partir do ingresso, mediante à seleção, o impacto de sair da Terra Indígena foi enorme, pois nunca havia saído do território para morar em outro lugar, apenas conhecia alguns poucos municípios próximos ao seu. A adaptação em Florianópolis, capital do estado, trouxe suas dificuldades, por ter que ficar distante da família, da mãe, pai, avós, irmãs e toda sua comunidade. O apoio dos demais colegas indígenas ingressantes no curso dos povos Kaingang, Guarani e Laklaño Xokleng foi crucial para sua permanência na universidade (Biazzi, 2025).¹¹

¹¹ BIAZZI, Adriana Aparecida Belino Padilha de. **Entrevista concedida no âmbito do Laboratório de História Indígena**. Projeto de extensão: Por Histórias Indígenas Plurais: Reflorestando Ações e Saberes de Ensino, Pesquisa e Extensão. Universidade Federal de Santa Catarina (LABHIN, UFSC). Duração: 34min. 7 de abril de 2025.

De 2011 a 2014, atuou na universidade desenvolvendo registros do conhecimento do povo Kaingang principalmente quanto à espiritualidade. Guarda consigo uma fala do *kujá*, Vicente Fernandes Fókáj: “tudo que a gente está fazendo aqui na terra, nesse mundo dos vivos, a gente está incentivando os mais jovens”.¹² Adriana Kaingang trilhou seu caminho formativo dentro e fora da universidade, e, quando retornou à instituição em 2015, ingressou como a segunda aluna indígena na pós-graduação em Antropologia Social na UFSC. O cenário, no entanto, mudou, pois diferentemente da Licenciatura Intercultural Indígena, que tinha a presença de diversos alunos indígenas, e na pós-graduação só havia ela.

Os desafios, porém, são fortalecimentos da luta indígena dentro do contexto universitário, e são caminhos para afirmar ser a universidade um espaço que precisa ser ocupado por indígenas. A partir das dificuldades, Adriana Kaingang reconhece que as metades clônicas e exogâmicas – as duas metades representadas pelos heróis das narrativas ancestrais Kamē e Kanhrú, presentes na cosmologia Kaingang – são expoentes de seu pertencimento e de sua força. Assim, por ser Kanhrú, ela compreende que a persistência e a paciência são suas características principais.

No decorrer do mestrado, Adriana fez Licenciatura em Pedagogia, e almejava seguir também para o doutorado na área de História, que não tinha ainda Ações Afirmativas, mas que era seu sonho ingressar. Após as Ações Afirmativas terem sido implementadas no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), em 2020, já como mestre em Antropologia, ingressou no doutorado:

Voltei de novo para a universidade, justamente com esse sonho de estar ocupando esses espaços. Mesmo que não fosse aqui na

¹² Fala de Vicente Fernandes Fókáj in BIAZI, Adriana Aparecida Belino Padilha de. **Entrevista concedida no âmbito do Laboratório de História Indígena**. Projeto de extensão: Por Histórias Indígenas Plurais: Reflorestando Ações e Saberes de Ensino, Pesquisa e Extensão. Universidade Federal de Santa Catarina (LABHIN, UFSC). Duração: 34min. 7 de abril de 2025.

universidade, na UFSC, mas que fossem outros espaços da universidade mesmo, para protagonizar esse conhecimento indígena, porque nós indígenas precisamos ocupar esses outros espaços, da universidade principalmente (Biazi, 2025).¹³

| 386

Adriana prestou o concurso para professora do Departamento de História da UFSC em 2022 e ingressou no ano seguinte, com atuação destinada à Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, com enfoque no ensino da Língua Kaingang e Estágio Supervisionado. Após extenuante processo, sua aprovação se deu em Ampla Concorrência, pois só havia cota raciais para pessoas negras, haja vista não haver, naquele momento, resolução do Conselho Universitário (CUN) que tornasse legal a contratação de professores indígenas mediante edital específico, o que viria a acontecer somente em novembro de 2022.¹⁴

[...] quando eu ingressei em 2023, muitos dos estudantes indígenas vieram até mim com esse projeto de levar esses três parâmetros de ensino, pesquisa e extensão, porque eles precisavam que esse conhecimento que eu compartilhei, que eu consegui agregar nesse meu currículo, eu pudesse estar direcionando para outros Centros, não somente aqui no Departamento de História, e nem no curso da licenciatura indígena [...] mas levar em outros lugares da universidade em que esse conhecimento ainda está esquecido.

E, realmente, a gente precisa trazer esse conhecimento para fortalecer o saber em que o aluno indígena está lá tentando, de alguma forma, gritando para que esse conhecimento ancestral seja de fato reconhecido pela universidade. Então, a partir desse projeto em que os estudantes trouxeram, foi muito importante para que a gente pudesse levar outros estudantes de outras regiões para o nosso território aqui no sul do Brasil, e dizer realmente que aqui no sul do Brasil possui povos indígenas, especificamente Kaingang, porque eu sou Kaingang. É preciso destacar esse

¹³ Todas as entrevistas foram concedidas ao Laboratório de História Indígena, da Universidade Federal de Santa Catarina (Labhin/UFSC), no âmbito do Projeto de Extensão: Por Histórias Indígenas Plurais: Reflorestando Ações e Saberes de Ensino, Pesquisa e Extensão.

¹⁴ Vale destacar que a regulamentação de cotas para indígenas no serviço público é uma conquista muito recente através da Lei 15.142/2025, que reservou que das vagas destinadas para concursos federais, 30% devem ser de cotas, com 25% para pessoas pretas e pardas, 3% indígenas e 2% quilombolas.

conhecimento do meu povo e dizer que nós estamos na universidade e realmente a gente precisa pintar a Universidade de urucum e jenipapo, com as nossas cores, com os nossos grafismos, com todo esse conhecimento ancestral, para que a universidade não fique centralizada somente no curso de Licenciatura Indígena [...] e dizer que o curso hoje, regular na universidade, para nós é muito fundamental, não só para mim enquanto docente, mas para as lideranças iniciarem esse movimento para que esse curso, de fato, fosse reconhecido como um curso regular dentro da universidade (Biazi, 2025).

Sua chegada na universidade se tornou um expoente de que a representatividade indígena no ensino superior é urgente:

Então, no coletivo, eu falo no coletivo indígena, em que me acolheram muito bem, os estudantes tiveram esse carinho gigante. Eles estavam realmente aguardando por uma professora ou professor indígena que ocupasse esses espaços dentro da universidade, realmente para protagonizar todo esse conhecimento de nós. Agora, é nós falando de nós mesmos. Falando desse conhecimento que a gente constrói, a gente compartilha desde criança; esse conhecimento que a gente compartilha na aldeia, brincando, fazendo uma prática do artesanato, e outros afazeres dentro da aldeia (Biazi, 2025).

Ao entrar na universidade, muitas lutas foram enfrentadas. A experiência ganhou outros contornos, porque passou a viver o território institucional a partir de uma nova territorialidade: a de professora. Essa mudança de posição transformou seu modo de estar na universidade e abriu novos caminhos de atuação.

Protagonizou espaços profissionais de ensino, pesquisa e extensão, aprendendo e co-construindo, junto a alunos indígenas e não indígenas projetos de produção de conhecimento e atuando ativamente na formação de novos pesquisadores indígenas, sejam eles de múltiplas áreas do conhecimento dentro da universidade.

Suas atuações envolvem a coordenação do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, para o qual foi eleita recentemente, no ano de 2025; pesquisas com o Grupo “Conexão Saberes

Indígenas UFSC”, cujo lema é “Protagonizando pesquisas e ações que valorizam a diversidade das populações indígenas”; o desenvolvimento do projeto “Entremundos”, que possibilita formações para professores e professoras da Educação Básica. Mobiliza e organiza, anualmente, o “Abril Indígena” para toda comunidade universitária, e co-coordena o Laboratório de História Indígena (Labhin), com ações de ensino, pesquisa e extensão.

É por esses caminhos de produção epistemológica e demarcação da força intelectual dos povos indígenas dentro da universidade que Adriana assegura,

Eu ainda quero ver um indígena ser reitor ou reitora. Então, é preciso a gente ter muitos tempos de luta, desse movimento, mas a gente precisa sonhar. Então, esse é meu sonho de poder ter, não sei se vai ser eu ou outro professor, mas de ter um professor reitor na Universidade Federal de Santa Catarina, e dizer que nós estamos aqui, [...] a gente sempre esteve aqui (Biazi, 2025).

Adriana Kaingang projeta o sonho de ver um dia de um indígena ocupar a reitoria da universidade. Mais do que uma aspiração pessoal, trata-se de um horizonte político e simbólico da necessidade de transformação estrutural da instituição, que também é coletiva. Sonhar, para ela, é um ato político, porque a luta indígena no Ensino Superior não se restringe ao acesso ou permanência, mas à disputa por espaços de decisão e protagonismo. Assim, a afirmação de que “nós sempre estivemos aqui” resgata a historicidade da presença indígena e reivindica que a universidade os reconheça como sujeitos, não como visitantes ocasionais, mas como constituintes de sua própria fundação.

Esse conhecimento ainda estava lá no esquecimento. Então, a gente precisa ressaltar que nós estamos aqui para fazer com que a universidade não seja somente um território indígena, mas que a gente seja uma universidade em que seja esse conhecimento compartilhado de igual para igual. E não dizer que a gente não tem esse conhecimento para poder competir com os outros demais (Biazi, 2025).

Adriana Kaingang critica e denuncia a condição histórica de esquecimento e silenciamento a que os conhecimentos indígenas foram submetidos. A universidade, ao longo de sua trajetória, legitimou quase exclusivamente os referenciais eurocêntricos e relegou os saberes indígenas à condição de ausência ou exotismo. Dessa maneira, quando afirma que esse conhecimento “ainda estava no esquecimento”, é exposto o caráter epistemicida histórico da instituição. Ao mesmo tempo, sua fala aponta para a necessidade de construir uma universidade de igual para igual, mas reconhecendo as diferenças como potência, onde os saberes indígenas não sejam vistos como complementares, inferiores, “alternativos” ou como “recortes”, mas como conhecimentos com a mesma dignidade e legitimidade das ciências ocidentais e ocidentalizadas.

Então, é esse lugar que eu falo enquanto professora indígena, porque eu já passei por essas outras várias camadas de ser graduanda, de ser professora de educação básica, de representar as lideranças em outros lugares. Então, para mim é muito importante ser professora na Universidade Federal de Santa Catarina e dizer que para todos nós, não só para mim, mas que estão aqui no sul do Brasil, para todos, a gente precisa ocupar os espaços das universidades federais e também outros espaços em que nos é possível, e dizer que é possível a gente poder estar nesses outros espaços (Biazi, 2025).

Por fim, Adriana Kaingang apresenta que a presença indígena na universidade não deve se limitar a ser reconhecida como “território indígena” apenas de maneira simbólica, mas como espaço efetivo de compartilhamento de saberes em condições de equidade. Tal perspectiva rompe com a lógica de inferiorização dos conhecimentos indígenas e afirma sua equivalência epistêmica frente às ciências eurocentradas. Sua trajetória, que transita da graduação à docência, exemplifica como as universidades públicas podem se tornar espaços de (re)ocupação e demarcação, onde os povos indígenas não apenas ingressam, mas rizomatizam seus modos de existir, pensar e ensinar, transformando o próprio sentido e pensamento de universidade.

Um intelectual Tukano na Antropologia e “Arte do Diálogo”

João Rivelino Rezende Barreto, do povo Tukano, do *sib Yúpuri Sararó*, fala a Língua Tukano e compreende bem a Língua Tuyuca. É da aldeia São Domingos Sávio, no alto rio Tiquié, no município de São Gabriel da Cachoeira – município com maior presença indígena no Brasil. O povo Tukano divide-se em sibs, com organização social estabelecida pelo sistema hierárquico de irmãos maiores e de irmãos menores, além do sistema educativo de seguimento patrilinear e casamento de sistema exogâmico. O número dos sibs tukano tem suas variações, mas há menções de que existam mais de 37 sibs tukano (Barreto, 2018), nos quais cada *sib* está vinculado a uma ancestral. Uma característica da composição étnica do Noroeste Amazônico é o seguimento do casamento exogâmico e patrilinear.

Rivelino Barreto estudou com os salesianos, e isto lhe proporcionou conhecer outros lugares do Brasil, sendo sua formação inicial em Filosofia. Seu vínculo acadêmico se deu mediante as dificuldades e diferenças existentes entre o meio rural e as cidades, haja vista o distanciamento da educação dos não indígenas e das comunidades indígenas. Nas cidades, a grande maioria já termina o Ensino Médio almejando a possibilidade de entrar na universidade. “Então, você sabia que precisava estudar, mas não sabia até onde o estudo te levaria. Eu me lancei nesse projeto de estudar. Ao mesmo tempo, as incertezas sempre me acompanharam” (Barreto, 2025).¹⁵

¹⁵ BARRETO, João Rivelino Rezende. **Entrevista concedida no âmbito do Laboratório de História Indígena**. Projeto de extensão: Por Histórias Indígenas Plurais: Reflorestando Ações e Saberes de Ensino, Pesquisa e Extensão. Universidade Federal de Santa Catarina (LABHIN, UFSC). Duração: 19min. 8 de abril de 2025.

Porque você é indígena, passa preconceito em vários momentos, em vários lugares. De várias formas. Mesmo que o Estado diga que há integração, inclusão. Você continua sofrendo essa desigualdade. Eu venho de uma família pobre. Meus pais são agricultores, foram agricultores. Meu pai ainda é vivo. Meu pai é da etnia Tukano. Minha mãe é da etnia Tuyuca. E eu falo Tukano e compreendo bem a Língua da minha mãe [...] E foi uma grande luta na medida em que você precisava construir também o currículo. Porque o indígena sai da graduação e não tem oportunidades para competir com os outros não indígenas. Até que muitas vezes aconteceu que eu enviava currículo em Manaus, tinha um currículo bom, mas eu era desclassificado ou não era aprovado. Porque as pessoas me viam assim, como indígena (Barreto, 2025).

Rivelino Barreto concluiu seu mestrado em Antropologia Social na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em 2012, onde foi o primeiro antropólogo indígena pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS-UFAM). Ao longo dos anos, de 2016 a 2022, atuou como professor de Ensino Superior em Manaus. Concluiu seu doutorado em Antropologia na UFSC em 2019. Antes de sua efetivação como professor na UFSC, já havia prestado concurso algumas vezes, porém sem aprovação. Nesses períodos, as políticas de ações afirmativas ainda não existiam nos concursos para indígenas.

Rivelino destaca sobre ser o segundo professor indígena da UFSC e sua projeção institucional:

E creio que a minha presença aqui tem muito a ver com a projeção das epistemologias indígenas na universidade. Essa é a minha luta política acadêmica. Assim como outros indígenas. Hoje, por exemplo, nós estamos tendo nesse período, nesse exato momento, o ATL em Brasília. Temos inúmeras pessoas no Brasil, indígenas presentes lá, reivindicando, debatendo, lutando. É uma forma de luta, ao mesmo tempo, graças a esse tipo de reivindicações, nós temos muitas conquistas também. Ao mesmo tempo, lembrando que as conquistas são particulares também. Na medida que você é que estuda, você é que precisa estudar, dar conta dos estudos, escrever. E assim segue. Então, hoje estou aqui como professor, mas sempre pensando que é preciso nós dialogarmos mais a partir das nossas epistemologias indígenas. Essa experiência da escrita, da fala, do pensamento, ela precisa

ser cada vez mais voltada para as nossas epistemologias. Creio que a UFSC me proporciona isso (Barreto, 2025).

| 392 Mesmo com tal conquista para si e para seu povo, é necessário compreender que outras epistemologias não indígenas continuam tendo o maior peso. Os conhecimentos indígenas precisam estar em constante retomada, como lugar de conhecimento experiencial e que passa por múltiplos processos formativos dentro de seus territórios e fora dele. Nesse sentido, o professor introduz essas epistemologias nas aulas e nos debates, também do ponto de vista avaliativo, para pensar a presença indígena na universidade não como alegoria.

Pois,

Nós indígenas precisamos ser reconhecidos a partir do que nós pensamos, a partir do que nós entendemos e compreendemos; a partir das nossas habilidades, a partir das nossas inteligências, a partir da nossa forma de interpretar, viver, falar. Para isso, é preciso, cada vez mais, termos assim na universidade esse calendário acadêmico que também nos integre a partir de temas, de debates, de nossa presença e assim por diante. Então, porque eu entendo que colocar ou proporcionar esses projetos de ingresso dos acadêmicos indígenas, docentes indígenas ou servidores indígenas é muito mais também, para além da reparação histórica, é muito mais também para que o professor indígena seja um docente para todos, branco, indígena, negro, mulheres, outros segmentos. Ou seja, um docente indígena que não só trate das questões indígenas, mas que trate também de tudo, de outras epistemologias, de outras teorias, ao mesmo tempo que apresente suas, e para isso também é necessário, isso exige também de nós, uma experiência de retorno cultural (Barreto, 2025).

A experiência indígena na docência superior remonta aos desafios da distância entre a universidade e seus territórios. Assim, esse “retorno” perpassa a confluência entre esses universos, que se constituem com tamanhas diferenças culturais de tempo e espaço, cultural, onde saberes e sabores podem se traduzir em saudade quando no espaço universitário, pois fica mais que perceptível: o corpo é também território. E, dentre esses desafios,

Muitos de nós indígenas somos assim, devido a esse conflito, choque, devido a esses contatos do Estado, da Igreja, muitos de nós perdemos as forças das nossas epistemologias, muitos de nós somos carentes das nossas próprias epistemologias, então, isso faz com que tenhamos motivações para dizer, olha, eu sou indígena Tukano, e na minha cultura tem outras epistemologias. Assim nós pensamos, assim avaliamos, assim ensinamos, assim aprendemos, assim falamos, assim organizamos, assim vivemos, creio que essa soma de diferentes culturas, creio que certamente pode fazer grandes diferenças, na medida em que um indígena acadêmico, um branco acadêmico, um negro acadêmico, me veja como um professor de Antropologia que tem vínculos culturais Tukano, que tem vínculo linguístico e tem vínculos epistemológicos. Creio que isso tudo nós carregamos, é preciso cada vez mais a própria academia também não só nos guardar como uma caixinha, mas nos ver como alguém potencial a partir das nossas inteligências múltiplas (Barreto, 2025).

Então, seria possível pensarmos a universidade como um território indígena?

Primeiro que a universidade, a cidade, a cultura não indígena, chega nos territórios indígenas. Então, nós estamos...todo o Brasil é um território indígena. Então, por isso que a Universidade, o Estado, a Igreja, todos estão no território indígena. Claro, em termos físicos, vamos pensar assim. Território indígena... a universidade vai se tornar cada vez mais território indígena na medida em que, para além da nossa presença, nós também tenhamos melhores condições para entrarmos, permanecermos e sairmos. Creio que esses projetos, a própria UFSC, que tem manifestado, e eu sei que é um grande desafio, na medida em que muitos de nós, por exemplo, chegamos na cidade, não temos onde morar, não temos condições, não temos emprego, não temos esse sustento urbano. Para nós é um grande desafio, porque nós não somos desse contexto (Barreto, 2025).

No entanto, Rivelino Barreto não reduz o conceito de território à dimensão meramente física. Para ele, a universidade só se tornará efetivamente território indígena na medida em que garantir condições concretas de acesso, permanência e conclusão dos estudos. Esse ponto é fundamental, pois evidencia que não basta abrir editais ou criar políticas de ingresso: é necessário assegurar condições materiais e simbólicas para que estudantes e professores indígenas

possam se sustentar em contextos urbanos, muitas vezes distantes de seus modos de vida e de suas redes de apoio comunitário.

A territorialidade é uma questão importante para os povos indígenas,

| 394 Rivelino Barreto a partir do seu povo Tukano, expressa detalhadamente sobre:

Nós somos de contextos em que nossa territorialidade, ela proporciona uma vivência mais diferenciada, o rio, o acesso à água, à floresta, nossos produtos de sustentabilidade, peixe e assim por diante. E quando você migra para o contexto urbano, como Florianópolis, você tem grandes projeções acadêmicas, mas ao mesmo tempo você sente-se limitado na medida em que as condições não permitem você vivenciar da melhor forma possível sua experiência acadêmica. Então, creio que é preciso, cada vez mais, na universidade, projetar concursos para indígenas, não somente para docentes, mas outros setores como servidores, assistente administrativo, assim como também maior abertura para outros cursos, para além das ciências humanas, porque creio que ocupar... a ocupação indígena na universidade, ela precisa se ganhar cada vez mais institucionalmente, na medida em que precisamos ter, por exemplo, docentes indígenas, servidores indígenas, servidoras indígenas, uma vez que somos, muitas vezes, vistos apenas como porteiros, ou, digamos assim também, diaristas, ou muitas vezes um artesão, mas não como um servidor público. Mas, para isso nós também precisamos estudar, precisamos nos preparar, precisamos reivindicar, precisamos debater, precisamos ouvir – significa que nós precisamos ser ouvidos institucionalmente, sermos inclusos academicamente, sermos inclusos profissionalmente, e isso vai fazer com que esse espaço universitário ganhe cada vez mais mecanismos de integração, justamente porque a compreensão de sustentabilidade, preservação de culturas diferentes, precisa ser debatido – ou seja, que a universidade precisa ser entendida para além do pensamento do branco, mas a partir do pensamento do branco, do negro e do indígena (Barreto, 2025).

Por fim, sua fala destaca a urgência de um diálogo epistêmico plural, em que a universidade seja compreendida não apenas a partir da perspectiva branca, mas também negra e indígena. Esse horizonte aponta para a construção de um espaço universitário intercultural e inclusivo, em que a sustentabilidade, a preservação das culturas e o reconhecimento da diversidade epistêmica sejam princípios estruturantes. Assim, a universidade, ao se abrir para essa ocupação



ampliada, não apenas acolhe os povos indígenas, mas se transforma em território múltiplo, atravessado pela potência da diferença e da coabitação de saberes.

Considerações finais

Quem toma posse quando um professor indígena adentra na universidade? Essa pergunta ecoa não apenas como provocação, mas como reafirmação de que a chegada de docentes indígenas em espaços acadêmicos é uma conquista coletiva, ultrapassa trajetórias individuais e reverbera em seus povos, territórios e ancestralidades.

A presença indígena na universidade tensiona os limites coloniais da produção do conhecimento e exige que a instituição repense suas estruturas, epistemologias e práticas pedagógicas. Não se trata de concessão, mas de um direito histórico, forjado em lutas, resistências e alianças. Professores indígenas não chegam para ocupar um espaço previamente dado, mas para demarcar, ressignificar e produzir outros modos de ser e estar no Ensino Superior. Isto porque descende de lutas políticas advindas do Movimento Indígena que, nacionalmente e internacionalmente, pressiona as instituições públicas de Ensino Superior a olharem para seus quadros de profissionais.

Suas posses descendem de lutas políticas internas, com a chegada de alunos e alunas indígenas na universidade, pela conquista de vestibulares específicos e a demanda da necessidade de docentes indígenas. Suas posses descendem também da formação e especialização de antigos alunos e alunas, e então professores indígenas nas suas respectivas áreas de conhecimento; descende também das alianças afetivas estabelecidas com pessoas não indígenas, sensíveis à causa indígena, pois compreendem a importância dos povos indígenas no contexto universitário como fator de transformação de uma estrutura enrijecida em uma genealogia patriarcal, branca, muito masculina e cis-



heteronormativa. São contratados enquanto profissionais, e não enquanto imagens alegóricas.

| 396

Nesse sentido, pensar a universidade como território indígena é compreender que sua fundação se deu sobre terras originárias, mas, sobretudo, que hoje ela se reinventa a partir das vozes, ontologias, epistemologias e metodologias indígenas. O corpo indígena docente, carregado de memórias, línguas, cosmologias e histórias, torna-se território e potência de transformação.

Reconhecemos que a luta dos povos indígenas pela educação específica, diferenciada, bilíngue e intercultural é também uma luta pela democratização radical da universidade. É nela que se inscrevem as marcas para além de um processo de reparação histórica, mas de produção de novos horizontes epistêmicos, capazes de romper com a monoculturalidade eurocentrada, historicamente excludente de povos inteiros. Quando um professor indígena toma posse, não é apenas um cargo ocupado: é a própria universidade reocupada, é a história reescrita, e é o futuro aberto para a construção de um espaço, de fato, plural, intercultural, descolonizado e anticolonial.

A universidade como território indígena perpassa compreender os professores indígenas enquanto intelectuais e produtores de epistemologias, perpassa compreender sentir-pensares em novas noções de territorialidade e demarcação. Suas epistemologias tensionam lugares eurocentrados da construção de conhecimento, e suas trajetórias e chegadas como primeiros docentes efetivos em cursos de nível superior se entrelaçam entre novos fazeres pedagógicos, produção e consolidação de novas epistemologias. Desse modo, professores indígenas são produtores de epistemologias e atravessam percursos em suas lutas antirracistas pelo protagonismo indígena, demarcando a universidade como seu território, abrindo espaço para a chegada dos e das demais que faltam se chegar.

Referências

- | 397 BANIWA, Gersem. Ousadia e Coragem. *In*: Nascimento, Rita Gomes do (Rita Potyguara). **Povos indígenas e democratização da universidade no Brasil (2004-2016)** [recurso eletrônico]: a luta por autonomia e protagonismo / Rita Gomes do Nascimento (Rita Potyguara). – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2022.
- BARRETO, João Paulo Lima. **Kumuã na kahtiroti-ukuse**: uma “teoria” sobre o corpo e o conhecimento-prático dos especialistas indígenas do Alto Rio Negro. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, 2021.
- BARRETO, João Rivelino Rezende. **Formação e transformação de coletivos indígenas do noroeste amazônico**: do mito à sociologia das comunidades. Editora da Universidade Federal do Amazonas. 2018.
- BARRETO, João Rivelino Rezende. **Úkûsse**: formas de conhecimento nas artes do diálogo tukano / João Rivelino Rezende Barreto. – Florianópolis: Editora da UFSC, 2022.
- BIAZI, Adriana Aparecida Belino Padilha de. **A História Kaingang através do Ritual Do Kiki Koj da Terra Indígena Xapecó**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2023.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Entrevista com Edson Kayapó: pluriepistemologia e interculturalidade crítica. **Revista Pihhy**: Conexão Cultura e Pensamento. 2. ed., Brasília, Ministério da Cultura, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/revista-eletronica-conexao-cultura-e-pensamento/2edicao/Interculturalidade>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Um mundo ch'ixi é possível**: ensaios de um presente em crise. Tradução de Sue Iamamoto – São Paulo: Elefante, 2024.
- ESCOBAR, Arturo. *Sentipensar con la Tierra: Las Luchas Territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur*. **Revista de Antropología Iberoamericana**. 2016. Disponível em: <https://revista.aibr.org/31>. Acesso em: 05 de maio de 2025.
- JODAS, Juliana. **“A luta também é com a caneta”**: usos e sentidos da universidade para estudantes indígenas. Teses (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2019.



KRENAK, Ailton. **A presença indígena na universidade. Maloca.** Revista de Estudos Indígenas, v. 1, n. 1, p. 9-16, jul. 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/maloca/article/view/13194>. Acesso em: 10 de agosto de 2025.

| 398 KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem.** 3ª ed. Tradução: Tânia Pellegrini – Campinas, SP: Papirus, 1989.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:** por uma antropologia da territorialidade. Anuário antropológico 2002-2003, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

SMITH, Linda Tuhiwai. 2018. **Descolonizando metodologias:** pesquisa e povos indígenas; tradução. Roberto G Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR.

UFSC. **RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 175/2022/CUn, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022, Dispõe sobre a Política de Enfrentamento ao Racismo Institucional em suas diferentes formas de manifestação no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina.** 2022. Disponível em: https://secarte.paginas.ufsc.br/files/2023/03/RN_1752022CUn_Pol%C3%ADtica-de-enfrentamento-ao-racismo.pdf. Acesso em: 15 de agosto de 2025.

UFSC. **PORTARIA NORMATIVA Nº 477/2023/GR, de 29 de maio de 2023.** Gabinete da Reitoria. 2023. <https://indigena.paginas.ufsc.br/files/2023/09/Portaria-Normativa-n%C2%BA-477.2023.GR-Concurso-Ind%C3%ADgena-UFSC.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2025.

UFSC. **EDITAL Nº 062/2023/DDP.** 2023. Disponível em: https://www.abant.org.br/files/20231106_6548d836aca2d.pdf. Acesso em: 15 de agosto de 2025.

UFSC. **UFSC empossa primeiro professor aprovado em concurso exclusivo para indígenas.** Notícias da UFSC. (Ariclenes Patté). 2024. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2024/08/ufsc-empossa-primeiro-professor-aprovado-em-concurso-exclusivo-para-indigenas/>. Acesso em: 15 de agosto de 2025.

UFSC. **Relatório de Monitoramento e Avaliação da Política de Enfrentamento ao Racismo.** Diagnóstico I - Perfil da comunidade,



indicadores de racismo institucional e cenários de combate. Equipe redatora Leslie Sedrez Chaves; Lia Vainer Schucman; Lindberg Nascimento Júnior e Marco Antonio de Azevedo Duarte Souza. 2024. Disponível em: <https://proafe.ufsc.br/diagnostico-sobre-o-racismo-institucional/>. Acesso em 01 de jun. de 2025.

| 399

UFSC. UFSC abre concurso público para contratação de docentes indígenas no Departamento de História. 2025. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2025/05/ufsc-abre-concurso-publico-para-contratacao-de-docentes-indigenas-no-departamento-de-historia/>. Acesso em: 15 de agosto de 2025.

UFSC. UFSC lança consulta pública da política de ingresso e permanência de estudantes indígenas e quilombolas. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2025/07/ufsc-lanca-consulta-publica-da-politica-de-ingresso-e-permanencia-de-estudantes-indigenas-e-quilombolas/#more-281494>. Acesso em: 23 de agosto de 2025.

Entrevistas audiovisuais

BARRETO, João Rivelino Rezende. **Entrevista concedida no âmbito do Laboratório de História Indígena.** Projeto de extensão: Por Histórias Indígenas Plurais: Reflorestando Ações e Saberes de Ensino, Pesquisa e Extensão. Universidade Federal de Santa Catarina (LABHIN, UFSC). Duração: 19min. 8 de abril de 2025.

BIAZI, Adriana Aparecida Belino Padilha de. **Entrevista concedida no âmbito do Laboratório de História Indígena.** Projeto de extensão: Por Histórias Indígenas Plurais: Reflorestando Ações e Saberes de Ensino, Pesquisa e Extensão. Universidade Federal de Santa Catarina (LABHIN, UFSC). Duração: 34min. 7 de abril de 2025.